

**O Estigma das Drogas: dimensão simbólica da criminalização e
etiquetamento social**

**The Stigma of Drugs: symbolic dimension of criminalization and labeling
approach**

Pedro Henrique Marquetti ROCHA¹

Fábio PENDIUK²

Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP-PR)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo estudar o estigma das drogas por meio da teoria do etiquetamento social, que contribui com argumentos para a fundamentação da seletividade do Estado na persecução criminal. O direito penal surge com um discurso no sentido de assegurar direitos e garantias fundamentais, todavia, apresenta um caráter simbólico que oculta a sua própria deficiência. Para facilitar a criação de uma noção de eficiência estatal no combate e na guerra contra as drogas, a pobreza, a juventude, a raça, a classe e a cor são os alvos do processo de criminalização, que resulta na seletividade de todo o sistema penal que está explícito ou implícito. O artigo a seguir está dividido em quatro partes em que se desenvolve o estudo da construção da teoria e os efeitos do etiquetamento social para a seletividade penal diante da política de combate às drogas.

¹ Graduando do Curso de Bacharel em Direito pela Faculdade de Educação Superior do Paraná, da Fundação de Estudos Sociais do Paraná – FESP. pedromarquettirocha@hotmail.com.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professor Titular das disciplinas Sociologia Jurídica, Antropologia & Direito e Filosofia do Direito do Curso de Bacharelado em Direito e coordenador do Grupo de Estudos Humanidades em Direito e do Núcleo de Pesquisas em Sociedade & Direito da Fundação de Estudos Sociais do Paraná. fabiop@fesppr.edu.br.

Palavras-chave: Estigma das drogas; Criminalização das drogas; Etiquetamento social; Seletividade penal.

ABSTRACT: This article aims to study the stigma of drugs through the theory of social labeling (labeling approach), which contributes with arguments to support the selectivity of the State in criminal prosecution. Criminal law emerges with a discourse to ensure fundamental rights and guarantees, however, it has a symbolic character that hides its own deficiency. To facilitate the creation of a notion of state efficiency in the fight and war against drugs, poverty, youth, race, class and color are the targets of the criminalization process, which results in the selectivity of the entire penal system what is explicit or implicit. The following article is divided into four parts in which the study of theory construction and the effects of social labeling for penal selectivity in the face of the anti-drug policy is developed.

Keywords: Drug stigma; Criminalization of drugs; Social tagging; Penal selectivity.

INTRODUÇÃO

O fenômeno envolvendo as drogas é de discussão estratégica já que se trata de um problema sociopolítico, considerando que é vivido diariamente, apresenta significados diferentes ao longo da história, faz parte das dimensões da experiência de um indivíduo ou de um grupo e, além disso, constitui “objeto de tensões políticas nas formas de se lidar com o outro e com as típicas categorias de alteridade que emergem do campo: os ‘usuários’ e ‘traficantes’” (SOUSA, 2017, p. 11).

Não faltam notícias nos jornais: “Pobres e negras estão na ponta da superexploração do tráfico de drogas” (MELLO, 2023); “A política antidrogas em

vigor no Brasil criminaliza a pobreza” (PEREIRA, 2023); “Não existe combate às drogas, existe um combate aos pobres” (TOSTES, 2022); “Encenam um combate às drogas e praticam um combate aos pobres, diz sociólogo” (GZH, 2018); “Com Lei de Drogas, presos por tráfico passam de 31 mil para 138 mil no país” (D’AGOSTINHO, 2015).

A seletividade penal é uma realidade. O verdadeiro fundamento da política criminal contra as drogas merece atenção já que é eivado de influências de sistemas formais e informais que criam uma consciência coletiva de que é necessário combater os inimigos: o usuário e o traficante. Para isso, os agentes se valem de sua posição privilegiada para estigmatizar e rotular determinados grupos sociais para alcançar o seu objetivo. Trata-se de um discurso legitimador da postura punitiva e proibicionista.

Considerando isso, o artigo busca estudar o estigma das drogas por meio da teoria do etiquetamento social (*labeling approach*), que tem por finalidade demonstrar a seletividade do Estado na persecução criminal. Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível observar que a seletividade no sistema penal ocorre de forma implícita, criada a partir de um sentimento coletivo, e de forma explícita, com a criação da norma. Nesse caso, para o fim de resgatar a essência do direito penal, de assegurar direitos e garantias fundamentais, é preciso repensar os fundamentos da criminologia. É isso que o presente trabalho propõe: estudar criticamente a seletividade e o etiquetamento do sistema penal, demonstrando a urgência do debate.

1. CRIMINOLOGIA CRÍTICA E REAÇÃO SOCIAL

A criminologia, essencialmente, tem como objeto o estudo “do delito, do delinquente, da vítima e do controle social do delito” e para isso se vale de estudos empíricos e interdisciplinares (SCHECAIRA, 2012, p. 46)

Além disso, as teorias que dão base ao modelo criminológico tradicional têm em comum o “fato de fixar a atenção na própria criminalidade como problema e objeto de preocupação, em suas causas e possíveis soluções” (HASSEMER; UMÑOS CONDE, 2008, p. 91). Essas teorias se baseiam em um “modelo de sociedade que não se questiona ou que parece imutável e que, portanto, deve ser aceito” (HASSEMER; UMÑOS CONDE, 2008, p. 91). Trata-se de teorias que tem como objeto de contrapor a criminologia positivista (SERPA, 2018, p. 14). Partindo dessa perspectiva, no século XIX o foco da análise passa do fato-crime para o autor, na tentativa de formular teorias gerais sobre o crime e o criminoso (SERPA, 2018, p. 14-15).

É nesse contexto que surge a ideia do crime como uma patologia. Lombroso é o maior destaque dessa concepção de que as causas do delito devem ser atribuídas ao próprio autor. Com isso se legitimou ainda mais a seleção penal. Nesse sentido:

Do programa positivista emerge, desta forma, a delimitação de um “direito penal do autor” baseado no determinismo e na responsabilidade social, no qual o potencial da periculosidade social constitui a medida da pena (que requer uma rigorosa

“individualização” e indeterminação de limites) e a justifica como instrumento de defesa social (ANDRADE, 1997, p. 77).

Essa percepção parte da ideia de que a sociedade precisa ser protegida de sujeitos criminosos determinados que representam uma ameaça à ordem social. Essa fundamentação parte dos seguintes princípios: o princípio da legitimidade do Estado para punir; separação entre sociedade (bem) e criminoso (mal); culpabilidade decorrente de uma atitude reprovável; pena preventiva (prevenção geral negativa) e ressocializadora (prevenção especial positiva); igualdade da aplicação da lei penal a todos; e interesse social em reprimir delitos que violam bens fundamentais (BARATTA, 2002, p. 42).

De outro lado, como forma de romper com essa ideia de criminologia positiva e com a noção de sociedade homogênea, o modelo da reação social parte do fato de que o que é ou não criminoso é uma ideia imposta arbitrariamente com o fim de confirmar determinado “sistema de dominação, de interesses e de poder” que define quem deve ser o algo da “etiqueta” de criminoso (ANJOS, 2019, p. 28). A teoria citada estuda o processo de criminalização de condutas e não as causas da criminalidade:

Na perspectiva da criminologia crítica a criminalidade não é mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e de determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um status atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente

sancionadas. A criminalidade é [...] um “bem negativo”, distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema socioeconômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos (BARATTA, 2002, p. 161).

Assim, com essa teoria da reação social a seletividade do sistema penal se torna clara: “a lei não castiga por igual as condutas socialmente danosas” (HASSEMER; UMÑOS CONDE, 2008, p. 92). A pessoa que comete um delito recebe a qualidade de criminoso na forma de um status a ela atribuído por meio de processos criminalizantes e estigmatizantes que informam o sistema penal (BARBOSA; GARCIA, 2017, p. 4). O direito penal, nesse caso, tende a privilegiar os interesses das classes dominantes, dirigindo o processo de criminalização para as classes subalternas (BARATTA, 2002, p. 165):

Quando se dirigem a comportamentos típicos dos indivíduos pertencentes às classes subalternas, e que contradizem às relações de produção e de distribuição capitalistas, eles formam uma rede muito fina, enquanto a rede é frequentemente muito larga quando os tipos penais têm por objeto a criminalidade econômica, e outras formas de criminalidade típicas dos indivíduos pertencentes às classes no poder (BARATTA, 2002, p. 165).

Além disso, temos a criminalidade real, sendo aqueles crimes efetivamente praticados, e a criminalidade aparente, que são aqueles efetivamente punidos pelo sistema penal (VERAS, 2010, p. 72). Nesse caso, as estatísticas mostram uma seletividade da aplicação do direito penal, sendo que a frequência de punição é maior nas estatísticas com relação as pessoas das

classes mais baixas, e isso porque elas são selecionadas preferencialmente para serem alvo desse sistema de controle.

Ainda que a perspectiva tenha mudado, é fato que a operacionalidade do direito penal é essencialmente punitivista. Isso pode ser percebido com a tendência de juízes, por exemplo, de esperar um comportamento desviante das pessoas originais de estratos inferiores da sociedade, procurando a criminalidade onde seria “normal” encontrá-la.

2. SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL

De acordo com o início do art. 5º da Constituição da República (BRASIL, 1988), todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, preconizando o princípio da igualdade, sobre o qual se funda (ou deveria se fundar) o sistema de Justiça. Por esse princípio se entende a “lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos” (MELLO, 2009, p. 10).

Mas será que esse princípio – da igualdade – é aplicado na prática? Partindo da observação do sistema penal, é possível perceber a grande dificuldade de concretização do princípio pelo seu caráter extremamente seletivo (ANJOS, 2019, p. 6). De uma perspectiva legislativa, “é manifesta a

possibilidade de escolhas seletivas por parte do intérprete” (ANJOS, 2019, p. 7),
isso porque:

A formulação técnica das figuras delitivas nas condutas características das camadas mais baixas é sempre mais simples, mais apertada, enquanto nas condutas mais típicas das classes dominantes a formulação das figuras delitivas dá margem a interpretações mais amplas (MELLIM FILHO, 2010, p. 65).

Além disso, “a incidência da tutela penal sobre indivíduos provenientes das classes sociais economicamente desfavorecidas decorre, em algum grau, das próprias escolhas legislativas no tocante ao conteúdo dos tipos penais” (SALVADOR NETTO, 2014, p. 158). A seletividade pode ser observada em todas as fases do poder punitivo estatal, sendo na investigação, na acusação, no julgamento e na execução.

Nesse sentido, o:

Controle social não é exercido de modo uniforme e igual. A decantada igualdade perante a lei, de cunho meramente formal, traduz-se, na prática, em uma fórmula que abre espaço para que outras diferenças, especialmente as de cunho social e econômico, interfiram na produção final do perfil de atuação do sistema jurídico-penal. Daí que se pode facilmente perceber a natureza seletiva e discriminatória do controle social pelo sistema punitivo (BUSATO, 2015, p. 75-76).

A seletividade, assim, é inerente ao sistema penal, podendo ser conceituada como um “tratamento desigualitário de pessoas pelo sistema penal, em circunstâncias similares” (ANJOS, 2019, p. 8). Ainda conforme esse autor

(ANJOS, 2019, p. 9), o problema é a seletividade com viés, que é “possível constatar tanto nos discursos teóricos sobre o sistema penal, quanto na aplicação prática do sistema nos diversos níveis de atuação do poder punitivo”. Esse viés que o autor trata significa “qualquer diferenciação arbitrária, por parte do criador ou aplicador da norma penal, entre condutas com gravidade similar, o que afronta indiscutivelmente o princípio da igualdade” (ANJOS, 2019, p. 9).

Nesse sentido, a diferenciação ocorre quando uma pessoa ou uma conduta penalmente relevante tiver um tratamento diferenciado pelos operadores do sistema penal. Assim:

Especificamente no que diz respeito à proporcionalidade nas escolhas legislativas de incriminações, o princípio da igualdade significa a proibição, para o legislador ordinário, de discriminações arbitrárias: impõe que a situações iguais corresponda um tratamento igual, no mesmo que a situações diferentes deve corresponder um tratamento diferenciado. Isso se dá uma vez que o princípio da igualdade não se refere, apenas, a direitos e deveres políticos, mas ordena ao legislador que preveja com as mesmas consequências jurídicas os fatos que em linha de princípio sejam comparáveis, e lhe permite realizar diferenciações arbitrárias. Assim, onde existir diferenças, o princípio da proporcionalidade exige que a diferenciação das consequências jurídicas seja produzida em correspondência com aquelas – e somente nos limites do significado de tais diferenças, consideradas objetivamente (GOMES, 2003, p. 67).

Além disso:

No sistema penal a diferenciação arbitrária pode ser constatada por meio da percepção de que as condutas de pessoas com menos poder político, social e econômico tendem a ser mais criminalizadas, seja na

probabilidade da criminalização, seja na intensidade da punição, do que aquelas praticadas pelos detentores do poder, independentemente da gravidade social em concreto da conduta eventualmente praticada (ANJOS, 2019, p. 11).

Essa diferenciação, como explicado, faz com que o direito penal tenha “cheiro, cor, raça, classe social” e que recaia principalmente sobre um grupo determinado de “escolhidos” a “manifestação da força do Estado” (GRECO, 2017, p. 157). A seletividade é um resultado da realidade social, cultural e econômica de uma sociedade complexa, sendo que as agências policiais, legislativas, judiciárias, prisionais, sociedade civil (por meio principalmente dos meios de comunicação) contribuem para a criação de um perfil seletivo que deve ser o alvo do sistema penal e criminalizado.

A criminalização, por outro lado, pode ser primária ou secundária:

A criminalização primária é o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material, que incrimina ou permite a punição de certas pessoas; a criminalização primária é um programa, que instituído pelas agências políticas, geralmente sob a influência de algum empresário moral (i.e., algum grupo de poder que pressiona pela edição de lei penal), deve ser cumprido por agências diferentes daquelas que o formulam.

Já a criminalização secundária consiste na ação punitiva exercida sobre pessoas concretas, que tem lugar quando as agências policiais detectam uma pessoa (à qual se atribui um certo ato criminalizado primariamente), investigam-na, privam-na, em alguns casos, de liberdade ambulatoria, submetem-na a uma agência judicial, que admite um processo, no qual é discutida e eventualmente, aplicada uma pena, que é executada por uma agência penitenciária (FRAGOSO, 2016, p. 14).

Considerando a divisão que se manifesta a criminalização, a seletividade pode aparecer nas duas modalidades, tanto na criminalização primária quanto na secundária, e ser implícita ou explícita, e em ambos os casos a criminalização recai prioritariamente sobre sujeitos estigmatizados (SERPA, 2018, p. 17), sendo que no Brasil, esse público é jovem e negros da periferia.

A seletividade explícita significa tratar pessoas de forma diferenciada no plano da criminalização primária (ANJOS, 2019, p. 16) – nas regras jurídicas. Exemplo de seletividade explícita na norma é o art. 25 da Lei de Contravenções Penais ainda em vigor:

Art. 25. Ter alguém em seu poder, depois de condenado, por crime de furto ou roubo, ou enquanto sujeito à liberdade vigiada ou quando conhecido como vadio ou mendigo, gazuas, chaves falsas ou alteradas ou instrumentos empregados usualmente na prática de crime de furto, desde que não prove destinação legítima:

Pena – prisão simples, de dois meses a um ano, e multa de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Quanto à pena em abstrato, é possível também identificar seletividade da norma penal aplicada: “um exemplo normalmente citado é o referente ao extremamente brando apenamento em abstrato do crime de redução a condição análoga a escravo em relação ao crime de extorsão mediante sequestro” (ANJOS, 2019, p. 19), sendo que este último é considerado crime hediondo (art. 1º, IV, da Lei n. 8.072/90: extorsão mediante sequestro e na forma qualificada):

Redução a condição análoga à de escravo

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Extorsão mediante sequestro

Art. 159 - Sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate:

Pena - reclusão, de oito a quinze anos.

Já no contexto do Código de Processo Penal, o caso da prisão especial é o exemplo mais nítido da seletividade e diferenciador, considerando que “distingue a prisão processual de pessoas por categoria” (ANJOS, 2019, p. 17), sem qualquer justificativa digna e sem considerar o princípio da igualdade:

Art. 295. **Serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial**, à disposição da autoridade competente, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva:

I - os ministros de Estado;

II - os governadores ou interventores de Estados ou Territórios, o prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários, os prefeitos municipais, os vereadores e os chefes de Polícia;

III - os membros do Parlamento Nacional, do Conselho de Economia Nacional e das Assembleias Legislativas dos Estados;

IV - os cidadãos inscritos no “Livro de Mérito”;

V - os oficiais das Forças Armadas e os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

VI - os magistrados;

VII - os diplomados por qualquer das faculdades superiores da República;

VIII - os ministros de confissão religiosa;

- IX - os ministros do Tribunal de Contas;
- X - os cidadãos que já tiverem exercido efetivamente a função de jurado, salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função;
- XI - os delegados de polícia e os guardas-civis dos Estados e Territórios, ativos e inativos (BRASIL, 1941 – grifou-se).

Outro exemplo de seletividade do sistema penal é a própria liberdade provisória condicionada à fiança, sendo que quem tem posses e dinheiro pode passar menos tempo na prisão pela mesma conduta do que uma pessoa que não possui recursos para pagar a fiança arbitrada.

Com relação a seletividade implícita, Anjos (2019, p. 20) explica que ela ocorre no plano concreto da criminalização secundária “sendo identificada apenas no âmbito da atuação efetiva do sistema penal, por meio da análise da atuação arbitrariamente diferenciada dos operadores do direito”. Nesse sentido:

A seletividade implícita é o tratamento arbitrariamente diferenciado de pessoas nas diversas etapas da criminalização secundária. Tal seletividade é mais sutil que a explícita, mas muito mais danosa, já que sua atuação não gera pronta repulsa e é escamoteada pelo suposto tratamento igualitário no plano abstrato (ANJOS, 2019, p. 21).

Esse tipo de seletividade se dá na interpretação e na aplicação das normas pelos operadores do direito, enviesando/estigmatizando “o plano abstrato de criminalização primária” (ANJOS, 2019, p. 21-22). Como exemplo dessa modalidade, cita-se o seguinte:

Imaginemos alguns exemplos. Uma criança bateu no irmão (art. 129 do CP). Ou subtraiu balas que estavam guardadas para um visitante (art. 155). Inquirido sobre o sumiço não diz a verdade, ou pleno menos toda a verdade. Não pensamos em aplicar as categorias do direito penal. Não chamamos nosso filho de criminoso e nem seus atos de crime. Alguém rabisca o elevador do edifício que moramos (art. 163). Apuradas as responsabilidades constata-se que o engraçadinho era um menino do prédio. Filho do outro. Logo dizemos: algo tem que ser feito; não podemos deixar barato, pois este moleque é muito levado. Seu ato não é propriamente um crime, mas ele merece uma punição. Passamos a exigir do zelador mais vigilância e do síndico uma “providência”. Um menor desconhecido, maltrapilho e sujo, em uma rua do centro de uma capital brasileira, nos aborda. Tenta subtrair alguns trocados para o almoço (art. 155). O que fazemos? Chamamos as autoridades e pedimos sua prisão. Afinal não é conhecido, é filho da rua, logo não é filho de alguém (SHECAIRA, 2001).

Percebe-se, assim, que essa criminalização implícita é imposta a alguns ou imuniza outros. Por exemplo, uma pessoa negra acaba por se tornar uma suspeita preferencial em uma dada situação e uma pessoa branca dificilmente pode se tornar suspeita. Outra forma de seletividade implícita, por não constar em lei, é a remissão da pena por meio da leitura. Presos com maior nível de educação podem se beneficiar, enquanto outros não tem o mesmo nível de instrução, o que possui relação com o nível econômico dessas pessoas (ANJOS, 2018, p. 158).

Nesse sentido:

Qualquer burocracia (e a da agência policial não é diferente) esquece suas metas (uma delas, aqui, deveria ser a realização igualitária do programa de criminalização primária) e reitera o ritual mais fácil, selecionando os fatos mais toscos ou grosseiros (que são de mais fácil

detecção) e se concentrando em pessoas que causem menos problemas (por não terem acesso aos círculos de poder) (FRAGOSO, 2016, p. 17).

Além disso, essa seletividade penal é muito mais vista quando o assunto é drogas. É muito mais comum ver atuação da polícia no combate ao tráfico e uso de drogas em comunidades mais carentes do que em bairros de pessoas mais ricas. Mesmo que a lei não traga uma seletividade quanto ao tipo penal (considerando que o tráfico pode ocorrer em qualquer lugar), a atuação punitiva tem como centro preferencial as comunidades mais vulneráveis, independente da gravidade da conduta. Isso é seletividade implícita. Assim, não tem como negar a dimensão simbólica da criminalização das drogas diante da sociedade.

3. A ORIGEM DA REPRESSÃO CONTRA AS DROGAS E A DIMENSÃO SIMBÓLICA DE SUA CRIMINALIZAÇÃO

O processo de criminalização de substâncias psicoativas teve início no século XX no Brasil, assim como no resto do mundo. A origem da repressão às drogas teve como marco jurídico a formação da Comissão do Ópio de Xangai, em 1909, no contexto da guerra contra o ópio travada pela China:

[...] o ópio era comercializado, principalmente pelos ingleses, como forma de pagamento por produtos, ocupando o lugar da prata, que já se encontrava escassa no comércio desde 1880. O ópio era comprado em geral na Índia e revendido aos chineses e chegou a representar um sexto dos recursos externos dos ingleses. Desse comércio, criou-se uma epidemia, cujas consequências danosas à saúde das pessoas começaram a ficar evidentes: em 1906, cerca de um quarto da população chinesa masculina adulta era dependente do ópio, o que

significou a maior epidemia de abuso de drogas já enfrentada por um país em toda a história (UNODC, s.d.).

Tem-se que “a droga como produto desenvolve um papel social e cultural na história da humanidade, extrapolando épocas e tempos” (ROCHA, 2013, p. 567), sendo que na sociedade burguesa moderna a droga assume novos papéis e a ter um valor de troca. Como resultado das discussões e da preocupação internacional quanto ao consumo de entorpecentes e da diversificação de substâncias psicotrópicas, os países, já no âmbito das Nações Unidas, assinaram três documentos sobre drogas que, hoje, são referências legais acerca da temática, os quais foram publicados em razão da preocupação Organização das Nações Unidas com a saúde física e moral da humanidade e diante dos problemas sociais e de saúde-pública que resultam do abuso de certas substâncias psicotrópicas. São elas: (i) Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961 (emendada em 1972); (ii) Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971; e (iii) Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988.

A primeira Convenção (i) tem como objetivo combater o abuso de drogas por meio de ações internacionais coordenadas, seja pela limitação da posse, do uso, da troca, da distribuição, da importação e exportação, da manufatura e da produção de drogas exclusivas para uso médico e científico; seja por meio da cooperação internacional para deter e desencorajar os

traficantes (UNODC, s.d.). A referida Convenção foi promulgada no Brasil em 1964, com o Decreto n. 54.216 (BRASIL, 1964).

A segunda Convenção (ii) estabeleceu um sistema de controle internacional para substâncias psicotrópicas, e representou uma reação à expansão e diversificação do espectro do abuso de drogas. Além disso, o documento criou formas de controle sobre diversas drogas sintéticas de acordo com o seu potencial de criar dependência e, por outro lado, com relação ao seu poder terapêutico (UNODC, s.d.). A Convenção foi promulgada no Brasil por meio do Decreto n. 79.388/1977 no sentido de prevenir e combater o abuso de substâncias psicotrópicas, bem como o tráfico ilícito (BRASIL 1977).

Por fim, a terceira Convenção que compõe o referencial normativo (iii) forneceu “medidas abrangentes contra o tráfico de drogas, inclusive métodos contra a lavagem de dinheiro e o fortalecimento do controle de percussores químicos” (UNODC, s.d.). Tal Convenção foi promulgada no Brasil em 1991, por meio do Decreto n. 154 (BRASIL, 1991). No preâmbulo já é possível perceber a sua abrangência na medida em que reconhece a crescente expansão do tráfico ilícito de drogas e os seus reflexos aos diversos grupos sociais que se tornam ainda mais vulneráveis nesse contexto, bem como a necessidade do aprimoramento da cooperação internacional no combate ao tráfico.

No contexto nacional, o marco que deu início à repressão das drogas foi o Decreto n. 891/1938, considerada a lei de fiscalização de entorpecentes (BRASIL, 1938). O Decreto foi alterado pelo Código Penal de 1940, o qual

consagrou, junto ao art. 281, a saúde pública como bem jurídico protegido com a figura típica “comércio, posse ou uso de entorpecente ou substância que determine dependência física ou psíquica” (BRASIL, 1940). O dispositivo, por sua vez, foi revogado pela Lei n. 6.368/1976 (também revogada), a qual instituiu o Sistema Nacional Antidrogas destinado à “prevenção do uso indevido, o tratamento, a recuperação e a reinserção social de dependentes de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica”, além da “repressão ao uso indevido, a prevenção e a repressão do tráfico ilícito e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica”. Percebe-se, nesse caso, o binômio traficante-usuário (RAMOS, 2010, p. 15).

Por sua vez, a previsão da pena para todos os comportamentos mencionados no art. 12³ da Lei n. 6.368/1976 era de três a quinze anos de reclusão, o que demonstra, segundo Ramos (2010, p. 16), a desproporcionalidade das penas entre as condutas identificadas como tráfico e os mencionados crimes de dano contra a incolumidade física e patrimônio. Em outras palavras: “conclui-se que a maior reprovação daquele que pratica o tráfico de drogas não estava respaldada pela gravidade da ofensa, posto que é crime de perigo abstrato” (RAMOS, 2010, p. 16), o que se constata quando comparado com

³ Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

demais tipos penais de resultado de alta gravidade, como lesão corporal de natureza grave (reclusão de um a oito anos), lesão corporal seguida de morte (reclusão de quatro a doze anos) ou mesmo roubo (reclusão de quatro a dez anos).

A Lei n. 6.368/1976 incorporou as influências político-criminais internacionais no combate ao tráfico, com a adoção de um sistema rigoroso de repressão e punição – considerando, ainda, o cenário ditatorial. Para a subsunção da conduta ao tipo objetivo e aplicação da sanção, a legislação definiu parâmetros no art. 37 nos seguintes termos: a autoridade atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação criminosa, as circunstâncias da prisão, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

A referida avaliação subjetivista e estigmatizante foi reproduzida, posteriormente, na Lei n. 11.343/2006⁴: para determinar se a droga se destinava ao consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Tais parâmetros permitem que o magistrado recorra a fatos que estão fora dos autos:

⁴ De acordo com Dias e Silveira (2011, p. 748): A política de drogas permanece com o impasse da lógica discursiva de legislações e políticas do século passado, que contrariando a crítica e o estudo criminológico em relação ao fracasso da política de guerra às drogas, seguiu aumentando as restrições penalizadoras.

Os relatórios e processos dos agentes do sistema são bastante claros quanto a isso. São pouquíssimos os casos de análise do ponto de vista da droga em si. Em geral, os processos se relacionam às famílias “desestruturadas”, às “atitudes suspeitas”, ao “meio ambiente pernicioso à sua formação moral”, à “ociosidade”, à “falta de submissão”, ao “brilho no olhar” e ao desejo de status “que não se coaduna com a vida de salário-mínimo” (BATISTA, 2003, p. 135).

Com isso, é possível perceber que a normativa estabelecida ultrapassa os limites do texto legal e permite o controle dos indivíduos considerados indesejáveis pelos detentores do poder (RAMOS, 2010, p. 18). A norma penal se torna, assim, um instrumento de poder, reflexo de ideologias como a defesa social, defesa da segurança nacional e da lei e da ordem, capaz de salvar a sociedade, bem como legitimar os excessos na repressão e aplicação das sanções.

Uma legislação penal mais rigorosa, de eficácia simbólica, serve para “finalidades políticas por atender a uma demanda social, qual seja a punição dos chamados inimigos” (RAMOS, 2010, p. 36). Trata-se de um poder simbólico utilizado para estigmatização dos indivíduos, ou inimigos, da sociedade. Os delinquentes se tornam inimigos, e o direito penal se torna, também, do inimigo.

Nesse sentido, Callegari e Wermuth (2009, p. 10) entendem o seguinte:

A política criminal que se apresenta para dar resposta aos novos riscos sociais da contemporaneidade é marcada por uma notável ampliação do âmbito da intervenção penal e pela proeminência que é dada ao

Direito Penal em detrimento de outros instrumentos de controle social, ainda que à custa da implementação de um modelo penal meramente simbólico.

No mesmo sentido, a intervenção jurídico-criminal, quando relacionada ao controle e repressão do tráfico e uso de drogas, pode desempenhar uma função meramente simbólica, de forma a “simular a instrumentalidade e ocultar seu próprio déficit, em uma prática de dissimulação e ilusão, progressivamente mais afastada da realização de seu programa finalístico – a tutela da saúde pública” (ANDRADE, 2018, p. 145). Ademais:

O proibicionismo criminalizador voltado contra as drogas tornadas ilícitas, expressando-se na política “guerra às drogas”, explícita, de forma eloquente, a partir dessa própria denominação, os parâmetros bélicos que orientam a atual e globalizada expansão do poder punitivo, exacerbando os danos, as dores e os enganos provocados pela intervenção do sistema penal sobre seus selecionados “inimigos” (KARAM, 2009, p. 7).

Essa lógica proposta oculta o fracasso dos objetivos explícitos pela norma, além de ocultar “paradoxos, como os maiores riscos e danos à saúde, enganosamente apresentada como objeto de proteção, e ainda promove a violência” (KARAM, 2009, p. 8). Andrade (2018, p. 143), nesse contexto, explica:

[...] quando a guerra às drogas foi declarada, seu objetivo era mitigar os danos à incolumidade pública relacionados ao consumo abusivo de substâncias psicoativas. A norma penal tinha o escopo de tutelar esse bem garantido constitucionalmente. No entanto, além de incrementar os danos à saúde pública, a proscrição das drogas sob o manto do

direito penal causou sérios problemas no âmbito da segurança pública, outro bem de status constitucional.

Seguindo o mesmo entendimento, Ramos (2010, p. 94) explica que é inegável que os efeitos simbólicos proporcionados pela norma penal são “importantes no controle social, principalmente pela inibição de potenciais infratores e pela sensação de segurança gerada pela criminalização de uma conduta lesiva”. No entanto, faz o seguinte questionamento: seria útil usar esse simbolismo mesmo quando os instrumentos penais sejam completamente ineficazes para evitar o comportamento que visam justamente reprimir? No mesmo sentido, Andrade (2018, p. 151) aponta que cada grupo, na guerra contra as drogas, depende e se afeta mutuamente:

[...] para exemplificar, os políticos dependem da imagem do problema social que as substâncias psicotrópicas suscitam e da representação desempenhada para o público, onde estão os eleitores. Os meios de comunicação em massa, por sua vez, existem em função da seleção das notícias, dependendo das ações promovidas pelo público espectador e sua demanda por informação, a ser respaldada pela imagem da realidade.

Na esperança de “vender” uma imagem da realidade, a criminalização cria e apresenta demonstrativos de sua eficiência no “cumprimento da promessa de livrar a sociedade do perigo da droga e, sobretudo, daquele que representa a encarnação desse perigo” (REZENDE, 2011, p. 3). Assim, considerando a relevância da problemática apresentada e do tema proposto, as temáticas do

etiquetamento social e da deslegitimação do direito penal serão abordadas no próximo tópico.

4. A DESLEGITIMAÇÃO DO DIREITO PENAL E O ETIQUETAMENTO SOCIAL EM RELAÇÃO AS DROGAS

A estrutura sobre a qual se funda o sistema penal não vem conseguindo sustentar os seus objetivos declarados. A tendência, quando se fala em drogas, é a adoção de uma postura punitiva e proibicionista. O controle social busca “exercer a jurisdição de uma forma seletiva e repressiva”, levando em conta as influências e opiniões de um controle informal, “sua consciência coletiva e suas instituições que apelam por um sistema retributivo repressivo” (DIAS; SILVEIRA, 2018, p. 741).

A teoria do etiquetamento social, nesse sentido, também conhecida como *labeling approach*, adota uma visão de que a realidade social é “construída a partir de interações concretas entre indivíduos, não havendo uma realidade objetiva, compartilhada universalmente, mas sempre produto de inter-relações subjetivas historicamente situadas” (PORTELLA, p. 44).

A teoria, nesse caso, propõe-se a estudar o processo de criminalização em si, e não propriamente o crime, além de investigar o papel das instituições de controle formal e informal (escola, igreja, família, poder judiciário, legislativo e executiva, entre outros) para a definição dessa seletividade ou etiquetamento. O sistema penal passou a ser desacreditado.

Indaga-se, a partir dessas reflexões: quem é definido como delinquente? Que efeito decorre desta definição sobre o indivíduo? Em que condições este indivíduo pode se tornar objeto de uma definição? E, enfim, quem define quem? (BARATTA, 2002, p. 88). Dessa forma, a fundamentação é de que, frequentemente, o próprio controle social é que cria o crime, sendo que o agente desviante é selecionado pelo impositor da norma, segundo condições variáveis/negociáveis:

Quando se sabe que o controle penal é seletivo e não automático, se vai dizer que é ele quem cria o delito. Reação e punição constituem o que Becker denomina empreendimento – de criação e de imposição da regra de conduta. O empreendimento de criação da regra é gerador do desvio e dos grupos desviantes, que não se comportam conforme o padrão esperado – outsiders –, assim definidos pelos outros grupos, aqueles que rotulam os primeiros como tais (REZENDE, 2011, p. 35).

Em resumo, a teoria do etiquetamento social pode ser assim explicada:

Assumido que, em sociedades pluralistas, todos experimentam impulsos desviantes e realizam condutas exorbitantes dos parâmetros normativos, a teoria da rotulação constrói uma “concepção do mundo”, numa dupla perspectiva: das pessoas definidas (por outras) como desviantes e das pessoas que definem (os outros) como desviantes (SANTOS, 2008, p. 18).

Nesse sentido, as teorias de deslegitimação do direito penal, que questionam a formação teórica-metodológica da dogmática penal positivista hegemônica (PORTELLA, 2011, p. 43), partem da premissa de que o crime “só

pode ser compreendido a partir de análises situadas socialmente, segundo formações políticas específicas”, de modo a romper com a “homogeneidade de uma sociedade abstrata a idealizada representativa do bem, onde o crime representa tão-somente o seu contraponto, o mal” (PORTELLA, 2011, p. 43). Parte-se do pressuposto de que comportamentos criminosos se encontram “espraiados na sociedade de maneira muito mais difusa do que se imagina, sendo, entretanto, rotulados como criminosos apenas uma pequena quantidade de pessoas selecionadas pelo sistema penal” (PORTELLA, 2011, p. 43).

Com isso, a teoria do *labeling approach* surge como um novo paradigma criminológico:

A Teoria do *Labelling Approach* surge como um novo paradigma criminológico, resultado de mudanças sócio criminais que sofreram o direito penal. Ele foi chamado de paradigma da reação social, pois critica o antigo paradigma etiológico, que analisava o criminoso segundo suas características individuais. O novo paradigma tem por objeto de análise o sistema penal e o fenômeno de controle. (SILVA, 2015, p. 102).

De fato, a dogmática das drogas apresenta intervenções punitivas que recaem sobre os grupos mais vulneráveis e marginalizados da sociedade (DIAS; SILVEIRA, 2018, p. 742). Além disso, a noção de desvio não está na qualidade do fato, mas na aplicação da regra jurídica, sendo que a caracterização do ato como desviante depende do agente que o comete, revelando que alguns sujeitos estão mais expostos/vulneráveis ao sistema de repressão às drogas do que outros (BECKER, 2008, p. 21-24). No mesmo sentido:

A construção do criminoso ‘tipo criminal’ somente foi possível com a exposição absoluta dos encarcerados ao ‘olhar dos especialistas’, ou seja, a partir de uma relação concreta de poder que se estabelecia prisões, transformando em jaulas destinadas à observação de novas espécies (CARVALHO; DUARTE, 2017, p. 50).

Estabelecem-se, com isso, relações de poderes políticos, sociais e econômicos. A seletividade começa a partir da punição de pessoas não-convencionais, para legitimar ainda mais a existência de indivíduos preconcebidos como criminosos (CANTERJI, 2008, p. 100).

Além disso, em notícia publicada pelo site Politize! sobre o perfil da população carcerária, a página justifica a quantidade de pessoas presas e o encarceramento em massa, já que o Brasil é o terceiro país que mais encarcera no mundo:

No Brasil, essa também é uma realidade e é impulsionado, principalmente, pela guerra às drogas, mas não só ela. Diversos são os fatores que contribuem para o encarceramento em massa no Brasil, como o aumento do controle punitivo, a criminalização da pobreza, a seletividade do sistema penal, dentre outros (MEIRELES, 2023).

Além disso, quando se fala em estigmatização e encarceramento, não se pode fugir da temática sobre racismo. De acordo com o último levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN, 2017), no ano de 2017, havia 726.354 pessoas encarceradas no Brasil. De acordo com o relatório sintético, a maior parte da população carcerária é composta por jovens, sendo que mais de

50% possuem entre 18 e 29 anos. No segundo semestre de 2022, esse número correspondeu a 290.605 pessoas encarceradas na referida faixa etária (INFOPEN, 2022).

Em relação à etnia/cor, em 2017, 63,6% da população carcerária nacional era parda ou preta (INFOPEN, 2017). Já em 2022, 421.276 pessoas eram pretas e pardas, de um total de 616.794, sendo eles homens (INFOPEN, 2022). Partindo desse panorama, o racismo tratou de institucionalizar a persecução penal contra pessoas não brancas no seguinte sentido:

O racismo juntamente a outras técnicas ditas como científicas (inclusive da própria Criminologia) tratou de institucionalizar a persecução especial contra pessoas não brancas, e ao mesmo tempo proclama até hoje a dita democracia racial no país, a fim de com isso invisibilizar o debate sobre as discriminações operadas (negação) (DIAS; SILVEIRA, 2011, p. 744).

Com isso, percebe-se que “a lei penal não é igual para todos, ou seja, o status de criminoso é distribuído de modo desigual entre os indivíduos” (BARATTA, 2002, p. 162). Nesse contexto, a pessoa que é usuária de droga acaba sendo estereotipada pela sociedade como “marginal” ou “delinquente”, baseando-se em uma consciência coletiva preconceituosa, baseada em fundamentos de ordem social e estética (DIAS; SILVEIRA, 2011, p. 745). O que ocorre é a utilização do direito penal a partir de uma lógica punitiva para legitimar um sistema de controle e de dominação estrutural (RUBIO; FRUTOS, 2013, p. 98).

A atuação elitista e seletiva, pelo etiquetamento social, impede que seja realizada uma análise abrangente do tema das drogas e de seus usuários, sequer permite uma leitura sobre os danos sociais resultado de uma postura proibicionista sobre as pessoas (BARATTA, 1993). Tendo isso em vista:

[...] observa-se a deslegitimação do sistema penal por meio do paradigma repressivo e do consenso moral existente em relação à política de drogas no Brasil, uma vez que a rotulação e estigmatização dos indivíduos acaba desarticulando todo o discurso jurídico (especialmente constitucional) de igualdade dos indivíduos perante a lei (DIAS; SILVEIRA, 2011, p. 747).

Esse processo de estigmatização gera ainda mais desigualdades e isolamento social, ainda que as drogas sejam consumidas por pessoas de todas as classes sociais. O tratamento das drogas por meio do direito penal, considerando a lógica punitiva e de rotulação das pessoas, é equivocada, pois, trata-se de um problema de saúde pública. A “guerra contra as drogas” se materializa no âmbito político e ideológico e colocam os indivíduos, desde usuários até traficantes, como inimigos sociais, permitindo assim o controle social (ROCHA, 2013, p. 561).

O reflexo dessa consciência coletiva discriminadora é verificado em um discurso penalista no próprio poder judiciário, conforme aponta Rocha (2013, p. 562), ao citar trecho de sentença judicial:

A sensação generalizada da população, especialmente a de menor grau de cultura, ou seja, a absoluta maioria, é que o Brasil é uma terra sem

lei e sem justiça, onde a corrupção, a bandalheira e a impunidade reinam soberanas. Para outros segmentos da população, um pouco mais esclarecidos, é a de que, no Brasil, a legislação é de uma frouxidão irritante, em que a lei só existe para favorecer quem comete irregularidade, barbaridade ou crimes. Diz-se, à boca pequena, que matar, roubar, estuprar ou traficar podem causar penas relativamente graves, mas que, com toda certeza, não serão cumpridas, pois é uma tal de progressão de regime, de remissão de pena, de livramento condicional, que, para alguém ser segregado, mesmo depois de condenado, só se for pobre ou marginalizado. A sensação da população é a de que o Brasil não tem mais jeito! As brechas na lei são muitas e sempre bem exploradas, bastando, para tanto, ter bons advogados, o que, evidentemente, uma boa conta bancária sempre consegue. Isto é triste. Chegou-se a uma tal situação que o homem honesto, como já afirmava o sempre lembrado Rui Barbosa, chega a ter vergonha de ser bom. Mas isso há de mudar! Esta é a esperança. Esperança é a profissão do brasileiro.

Percebe-se o apelo comum por penalizar aqueles considerados como inimigos da sociedade. O juiz recorre a questões que fogem dos fatos para aplicação da pena. Com a punição daqueles que praticam qualquer dos verbos do art. 28 da Lei n. 11.343/2006 espera-se combater o “mal” que amaldiçoa a sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar o estigma das drogas por meio da teoria do etiquetamento social, bem como a demonstrar a seletividade do Estado na persecução criminal. Perpassando pelo etiquetamento social e a dimensão simbólica da criminalização, principalmente quando se trata dos crimes previstos na lei de drogas, é inegável a seletividade do sistema penal, tanto de

forma explícita na lei penal quanto de forma implícita no cotidiano social, em que a seletividade está enraizada.

A criminalização recai de forma mais intensa sobre pessoas pobres, de classes subalternas, negras e da periferia. Isso fica claro a partir dos dados penitenciários apresentados, em que a maioria da população carcerária é jovem, preta ou parda e de baixa escolaridade. A partir do estudo realizado foi possível estudar a evolução da criminologia, passando da positiva, que o foco é o delinquente, para a da reação social, que considera o contexto social e econômico que a pessoa está situada.

É muito mais fácil criminalizar pessoas mais vulneráveis da sociedade já que esse processo, muitas vezes, não envolve relações de poder e exige menos argumentação e trabalho por parte dos agentes que produzem e aplicam as regras penais. A ideia é criar e produzir na sociedade uma sensação de que o direito penal cumpre a sua função: promover a defesa social e perseguir e punir os inimigos da ordem e da paz.

O sistema penal e o discurso político são fontes dessa percepção social de que é preciso frear o cometimento de crimes e punir os responsáveis a todo custo. A criminalização cada vez mais rigorosa, no entanto, nada mais é do que o resultado de uma má gestão e da ineficiência do Estado de prover programas sociais que atendem as demandas das pessoas mais vulneráveis.

Para facilitar a criação de uma noção de eficiência estatal no combate e na guerra contra as drogas, a pobreza, a juventude, a raça, a classe e a cor são os

alvos do processo de criminalização, que resulta na seletividade de todo o sistema penal que está explícito ou implícito. Sendo assim, é preciso (re)pensar a criminologia para que os crimes praticados por qualquer pessoa sejam punidos de maneira mais justa, imparcial e proporcional a gravidade do ato danoso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Olavo Hamilton Ayres Freire de. **O caráter simbólico da criminalização das drogas**. 210fls. 2018. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade de Brasília. Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34799/1/2018_OlavoHamiltonAyresFreiredeAndrade.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

ANJOS, Fernando Vernice dos. **Seletividade do sistema penal e medidas contrasseletivas no âmbito da teoria da determinação da pena**. 277fls. 2019. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-29042021-214458/publico/3508655_Tese_Original.pdf. 24 abr. 2023.

ANJOS, Fernando Vernice. **Execução penal e ressocialização**. Curitiba: Juruá, 2018.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renavan: 2002.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARATTA, Alessandro. Introducción a una Sociología de la Droga Problemas y Contradicciones del Control Penal de las Drogodependencias. **Revista Jurídica**. Facultad de Jurisprudencia. Universidad Católica de Santiago de Guayaquil. 1993. Disponível em: <https://www.revistajuridicaonline.com/1993/02/introduccion-a-una-sociologa-de-la-droga-problemas/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BARBOSA, Aline Vieira Montenegro; GARCIA, Rogério Maia. **O direito penal do inimigo e a seletividade do sistema penal: dois lados da mesma moeda**. 2017 Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2017/09/aline_barbosa_20171.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudo de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Decreto n. 154, de 26 de junho de 1991**. Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0154.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 54.216, de 27 de agosto de 1964**. Promulga a Convenção Única sobre Entorpecentes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54216-27-agosto-1964-394342-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 79.388, de 14 de março de 1977**. Promulga a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79388-14-marco-1977-428455-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 891, de 25 de novembro de 1938.** Aprova a Lei de Fiscalização de Entorpecentes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-891-25-novembro-1938-349873-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941.** Lei das Contravenções Penais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941.** Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 6.368, de 21 de outubro de 1976.** Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6368.htm#art46. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990.** Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.

BUSATO, Paulo César. **Fundamentos para um Direito Penal Democrático.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CALLEGARI, André Luís Callegari; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Crime organizado: conceito e possibilidade de tipificação diante do contexto de

expansão do direito penal. **Revista brasileira de ciências criminais**, n. 79, pp. 7-40, jul./ago. 2009.

CANTERJI, Rafael Braude. **Política criminal e direitos humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. **Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas Ciências Criminais**. São Paulo: Saraiva, 2017.

D'AGOSTINHO, Rosanne. Com Lei de Drogas, presos por tráfico passam de 31 mil para 138 mil no país. **G1**. 24/06/2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/com-lei-de-drogas-presos-por-trafico-passam-de-31-mil-para-138-mil-no-pais.html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

DIAS, Felipe da Veiga; SILVEIRA, Alexandre Marques. Usuários de drogas e tratamentos seletivos no século XXI: entre a estigmatização e a legitimação por meio dos crimes dos poderosos. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 18, n. 3, pp. 739-765, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/6617/3321>. Acesso em: 19 abr. 2023.

FRAGOSO, Cristiano Falk. **Autoritarismo e sistema penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. **O princípio da proporcionalidade no sistema penal**. São Paulo: RT, 2003.

GRECO, Rogério. **Direito penal do equilíbrio**. 10. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.

GUERRA, Marco Antônio. A teoria do *labeling approach* ou etiquetamento social e sua influência na utilização da medida cautelar da prisão preventiva. **Revista JurES**, v. 14, n. 26, pp. 73-99, dez. 2021. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/juresvitoria/article/download/73/68>. Acesso em: 22 abr. 2023.

GZH. “Encenam um combate às drogas e praticam um combate aos pobres”, diz sociólogo. **GZH**. 02/03/2018. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2018/03/encenam-um-combate-a-s-drogas-e-praticam-um-combate-aos-pobres-diz-sociologo-cjeagrugi028501qolm8aqxt8.html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

HASSMER, Winfried; MUÑOS CONDE, Francisco. **Introdução à criminologia**. Trad. Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

INFOPEN. **13º Ciclo – INFOPEN**. Dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-dez-2022.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Atualização - Junho de 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

KARAM, Maria Lúcia. **Proibições, riscos, danos e enganos**: as drogas tornadas ilícitas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MEIRELES, Carla. Perfil da população carcerária brasileira. **Politize!** Publicado em: 01/03/2017. Atualizado em: 16/01/2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/populacao-carceraria-brasileira/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MELLIM FILHO, Oscar. **Criminalização e seleção no sistema jurídico penal**. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Daniel. Pobres e negras estão na ponta da superexploração do tráfico de drogas. **Agência Brasil**. 06/04/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/pobres-e-negras-estao-na-ponta-da-superexploracao-do-trafico-de-drogas>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PEREIRA, Marcelo. Criminalização da pobreza e pouca investigação no combate às drogas: veja conclusões de pesquisa engavetada pelo governo. **G1**. 18/03/2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/18/criminalizacao-da-pobreza-e-pouca-investigacao-no-combate-as-drogas-veja-conclusoes-de-pesquisa-engavetada-pelo-governo.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PORTELLA, Alessandra Matos. **Usuário ou traficante? A operacionalidade do sistema penal desvelada por meio da análise da Lei n. 11.343/2006**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21770/1/Disserta%20c3%a7%20c3%a3%20-%20ALESSANDRA%20MATOS%20PORTELLA.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

RAMOS, Ana Flávia Jordão. **Crítica as políticas criminais de drogas a luz dos princípios constitucionais penais no Estado Democrático de Direito**. 195fls. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2010. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/773/1/Dissertacao_Ana%20Flavia%20Jordao%20Ramos_2010.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de. **A ilusão do Proibicionismo: estudo sobre a criminalização secundária do tráfico de drogas no Distrito Federal**. 148fls. 2011. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito. Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9856/1/2011_BeatrizVargasRamosGon%20C3%A7alvesdeRezende.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

ROCHA, Andréa Pires. Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 115, pp. 561-580, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/5QhqGrm7CRzNqC5J33XTfKc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RUBIO, David Sánchez; FRUTOS, Juan Antonio Senent de. **Teoría crítica del derecho: nuevos horizontes**. Sevilla: Centro de Estudios Jurídicos y Sociales Mispat, A.C., 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/42304199/TEOR%20C3%8DA_CR%20C3%8DTICA_DEL_DERECHO_NUEVOS_HORIZONTES. Acesso em: 22 abr. 2023.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Direito penal e propriedade privada: a racionalidade do sistema penal na tutela do patrimônio**. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Juarez Cirino. **A Criminologia Radical**. 3. ed. Curitiba: ICPC: Lumen Júris, 2008.

SCHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SERPA, Verena Guerios. **A seletividade penas nos crimes de furto e descaminho julgados pelo Supremo Tribunal Federal**. 52fls. 2018. Monografia. (Bacharelado em Direito). Universidade de Brasília. Brasília, 2018. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23407/1/2018_VerenaGueriosSerpa_tcc.pdf.

Acesso em: 25 abr. 2023.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **A lei e o outro**. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v. 8, n. 99, fev. 2001. Disponível em: https://arquivo.ibccrim.org.br/boletim_artigos/118-99-Fevereiro-2001. Acesso em: 24 abr. 2023.

SILVA, Raíssa Zago Leite da. *Labelling Approach*, o etiquetamento social relacionado à seletividade do sistema penal e ao ciclo de criminalização. **Revista Liberdade**, n. 19, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://ibccrim.org.br/publicacoes/edicoes/460/7410>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira. **Drogas e normalização: uma análise psicossocial desde a perspectiva das representações sociais**. 244fls. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/23777/4/TESE%20Yuri%20S%c3%a1%20Oliveira%20Souza.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

TOSTES, Fabiana. “Não existe combate às drogas, existe um combate aos pobres”, diz capitão da PM que quer ser governador do ES. **Folha Vitória**. 08/07/2022. Disponível em:

<https://www.folhavoria.com.br/politica/colunas/de-olho-no-poder/2022/07/nao-existe-combate-as-drogas-existe-um-combate-aos-pobres-diz-capitao-da-pm-que-quer-ser-governador-do-es/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

UNODC. United Nations Office Drugs and Crime. Escritório de Ligação e Parceria no Brasil. **Drogas: Marco Legal**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>. Acesso em: 19 abr. 2023.

VERAS, Ryanna Palas. **Nova criminologia e os crimes do colarinho branco**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.